

ILMO. SR. PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – FAETEC.

*Recibido
em 19/01/2022
P. Peraton*

Ref.: Pregão Eletrônico número 002/2021 – R1 – LOTES: II; IV; VII; VIII; X; XI e XII.

TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS, já qualificada nos autos do Pregão em epígrafe, por seu representante legalmente constituído, vem apresentar, tempestivamente, Recurso Administrativo em face da Decisão do ilustre Pregoeiro que desclassificou a proposta da Recorrente no Pregão Eletrônico nº 002/2021 – R1, mediante as razões de fato e direito a seguir aduzidas:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, antes de adentrarmos ao mérito da respeitável Decisão do renomado Pregoeiro, impõe esclarecer acerca da tempestividade desta resposta.

Indubitável é que esta peça está sob a prevalência da Lei nº. 10.520/2002 – Lei dos Pregões – inobstante a representação em tela, que não tem vez nem lugar nesse processo, tampouco nessa fase processual - cujo tema será objeto de tópico adiante.

Assim, o prazo concedido por Vossa Senhoria seguiu os peculiares para os pregões, isto é, de 3 (três) dias úteis, tendo se iniciado no dia 14.01.2022 (sexta-feira), com termo final no dia 18.01.2022 (terça-feira), sendo, pois, a presente manifestação absolutamente tempestiva.

Handwritten marks: a large 'R' and several checkmarks.

2. DAS RAZÕES DE FATO E DE DIREITO

Durante a referida sessão pública, a empresa Recorrente apresentou documentação de habilitação impecável, bem como proporcionou ao órgão contratante a chance de satisfazer o interesse público homenageando o princípio da Eficiência e da Legalidade.

Nessa seara, trata-se de Recurso da empresa TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS em decorrência de seu inconformismo com sua inabilitação, tendo em vista ser plenamente cabível diligências com o intuito de ajustar inconsistências e manter a classificação da proposta da Recorrente, bem como ilumina-se a constatação do melhor valor exequível.

2.1 - DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE – LOTE VIII

Ocorre que, a proposta da Recorrente foi desclassificada por um **pequeno erro material**, durante o exame, observou-se que a citada proposta continha valor incontestavelmente competitivo e que sua documentação referente à Qualificação Técnica, Jurídica e Financeira preenchia todos os requisitos do Instrumento Convocatório. Entretanto, no momento do cálculo do salário base dos funcionários equivocou-se quanto ao adicional noturno, fato amplamente passível de reparação

Apesar desse mínimo erro material na Planilha de Custos e Preços da Recorrente, trata-se de vício sanável a ser resolvido por simples diligência da Administração Pública com base em seu Poder de Autotutela Administrativa, consoante dispõe o próprio item 20.1 do edital, senão vejamos:



"20.1 - É facultada à Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

Ilustríssima Comissão, considerando as razões apontadas, a Recorrente não poderia ser desclassificada, tendo vista se tratar de mero **erro material**, data vênia, faltou Razoabilidade ao analisar a questão, além disso, verifica-se que a ilustre decisão fere os Princípios da Economicidade e Legalidade

É oportuno lembrar que, em celebrada obra jurídica, Maria Sylvia Zanella di Pietro leciona a respeito da definição de ato discricionário, a fim de facilitar o nosso entendimento sobre a matéria:

"São os que a Administração pratica com certa margem de liberdade de avaliação ou decisão segundo critérios de conveniência e oportunidade formulados por ela mesma, ainda que adstrita à lei reguladora da expedição deles. A discricionariedade ocorre com maior frequência no motivo e no objeto do ato. O motivo são as razões de fato e de direito que resultaram na prática de um determinado ato, ou seja, o motivo antecede o ato." (Di Pietro. Direito administrativo. São Paulo. Atlas, 2003).

2.2 - DA CONVALIDAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

É imprescindível salientar que como regra, o Tribunal de Contas da União entende que a empresa ofertante da melhor proposta possa corrigir a planilha apresentada durante o Certame, sem no entanto, resultar em aumento do valor total já registrado.



Desta forma, um erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante, não constitui motivo para a desclassificação da proposta.

"A IN nº 03 de 16 de outubro de 2009, no seu artigo 29-A, § 2º, assim estabelece:

Art. 29-A A análise da exeqüibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço.

§ 2º Erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação."

Note que desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por SIMPLES ERRO MATERIAL, não prejudica a análise do preço global, e de acordo com as normas pertinentes, é ofender o princípio da razoabilidade e da economicidade.

"Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário)."

"A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário)."

P
Q
J

“Sobre o assunto, o Voto do ACÓRDÃO 4.621/2009-2C é esclarecedor, inclusive, contendo exemplo aplicável à situação analisada, em que houve erro de preenchimento de planilha, cuja correção não acarretou aumento da proposta, uma vez que coberta por diminuição na margem de lucro da empresa.

No mesmo sentido, o Acórdão 2.371/2009-P:

“determinou a certa entidade que se abstivesse de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.104/2004, 1.791/2006 e 1.179/2008, todos Plenário, e Acórdão 4.621/2009, da 2ª Câmara).”

Portanto, a não prejudicialidade da composição do CUSTO GLOBAL DA PROPOSTA e a possibilidade de adequação da composição apresentada originariamente pelo licitante e/ou comprovação de viabilidade ao que parece, é o limite para a efetivação de tais ajustes e aceitação, afastando, portanto, eventual desclassificação.

O paradigma a ser seguido pela Comissão, portanto, reside na percepção do menor preço, afastando assim, eventuais desclassificações de propostas.

Aliás, este é o entendimento que vêm pacificando o Tribunal de Contas da

União:





"[...] Determinação para que se ABSTENHA, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DE CONSIDERAR ERROS OU OMISSÕES NO PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PREVISTA NA IN/SLTI-MP Nº 02/2008 COMO CRITÉRIO ÚNICO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES, EM RAZÃO DO CARÁTER INSTRUMENTAL DA PLANILHA DE PREÇOS, DO DISPOSTO NO ART. 3º DA LEI 8.666/93 e da jurisprudência do TCU (Acórdãos nºs 2.104/2004-P, 1.791/2006-P e 1.179/2008-P e Acórdão nº 4.621/2009-2ª C) (item 1.5.1.3, TC - 005.717/2009-2, Acórdão nº 2.060/2009- Plenário).

"Voto: Releva ainda saber o procedimento a ser adotado quando a Administração constata que há evidente equívoco em um ou mais dos itens indicados pelas licitantes. Não penso que o procedimento seja simplesmente desclassificar o licitante. PENSO SIM QUE DEVA SER AVALIADO O IMPACTO FINANCEIRO DA OCORRÊNCIA E VERIFICAR SE A PROPOSTA, MESMO COM A FALHA, CONTINUARIA A PREENCHER OS REQUISITOS DA LEGISLAÇÃO QUE REGE AS LICITAÇÕES PÚBLICAS - PREÇOS EXEQUÍVEIS E COMPATÍVEIS COM OS DE MERCADO. (...) EM TENDO APRESENTADO ESSA LICITANTE O MENOR PREÇO, PARECE-ME QUE OFENDERIA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA ECONOMICIDADE DESCLASSIFICAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA E EXEQUÍVEL POR UM ERRO QUE, ALÉM DE PODER SER CARACTERIZADO COMO FORMAL, TAMBÉM NÃO PREJUDICOU A ANÁLISE DO PREÇO GLOBAL DE ACORDO COM AS NORMAS PERTINENTES." (Acórdão nº 4.621/2009 – Segunda Câmara).

Prezados, como anteriormente citado, observa-se que a Economicidade também não foi levada em consideração, visto que, após apresentar proposta competitiva e exequível, a Recorrente foi desclassificada por mero erro material.

"Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder."

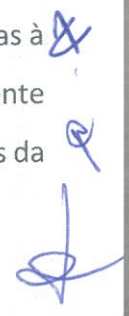
Outrossim, Régis Fernandes de Oliveira explica que : *"economicidade diz respeito a se saber se foi obtida a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício."* (OLIVEIRA, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 94.) Grifo nosso.

"O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público" (Di Pietro, 2005:84)

Já Ricardo L. Torres, por sua vez, afirma que: *"o conceito de economicidade, originário da linguagem dos economistas, corresponde, no discurso jurídico, ao de justiça." Implica "na eficiência na gestão financeira e na execução orçamentária, consubstanciada na minimização de custos e gastos públicos e na maximização da receita e da arrecadação". Por fim, conclui que é, "sobretudo, a justa adequação e equilíbrio entre as duas vertentes das finanças públicas."* (TORRES, Revista do TCE/RJ, nº 22, jul/1991, pp. 37/44.) Grifo nosso.

Não menos importante mencionar, que as decisões do TCU têm força vinculante aos demais órgãos da Administração Pública, conforme entendimento SUMULADO:

SÚMULA TCU 222: As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



Nesse contexto, é importante sinalizar que a Lei de Licitações prever a possibilidade de realizações de diligências, no seu Art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, e não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligências, sendo assim, o Tribunal de Contas da União entende que o ajuste sem a alteração do valor global não representaria apresentação de informações ou documentos novos, mas apenas o detalhamento da peça já fixada na disputa.

A Lei nº 8.666/93, no seu artigo 43º, § 3º, assim estabelece:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Assim, Ilmo. Sr. Pregoeiro, pensamos que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação alegada, além de caracterizar a prática de ato antieconômico e partindo do princípio da razoabilidade e quando não se mostra danoso, não é aceitável que a Administração Pública seja tolhida de usufruir da proposta mais vantajosa que lhe foi apresentada no curso de certame licitatório – tampouco que a empresa detentora da oferta seja obstada do seu direito de contratar – **por conta de mero erro material.**

2.3- DA OBRIGATORIEDADE DE ELEIÇÃO E CONTRATAÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A contratação mais vantajosa para a Administração Pública é a razão de ser da licitação e isso não se pode deixar de ter em mente em momento algum do processo.





GRUPO

Tapevas
Soluções Integradas+55 (21) 3842-5634
contato@grupotapevas.com.br

O fim precípua da licitação é a busca da contratação mais vantajosa para a Administração Pública, sendo esse o objetivo que deve obrigatoriamente ser perseguido durante o processo licitatório, ficando obrigada a Comissão de Licitação a “blindar”, conquanto possível, o processo de eventuais equívocos ou atos de má-fé, evitando que se macule ou desvirtue a finalidade primordial da licitação, operacionalizada em qualquer uma de suas modalidades.

A relevância é tamanha que, como é amplamente sabido, questões como a que ora se apresentam – cujas manifestações sem um mínimo de fundamento consegue procrastinar o processo de contratação por parte da Administração - são passíveis de responsabilização.

A doutrina tem posicionamento firmado nesse sentido, isto é, de que se deve sempre perseguir a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, não permitindo que intervenções infundadas atinjam ou obstaculizem esse fim maior.

De acordo com MARÇAL JUSTEN FILHO:

“A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção da proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica”. (grifos nossos).

Nessa mesma linha caminha MARCUS VINÍCIUS CORRÊA BITTENCOURT, que define a licitação como sendo aquela que *“corresponde a um processo administrativo, mediante o qual a Administração Pública decidirá qual a proposta mais vantajosa para firmar um contrato. Esse processo consiste em uma série de atos preparatórios do ato final buscado pelo ente Público”.* (grifos nossos)

Handwritten signature and initials in blue ink.

Não é possível permitir que uma empresa que atendeu minuciosamente todas as exigências do instrumento convocatório e, ao final, sagrou-se a detentora da melhor proposta, seja prejudicada – e com isso - prejudique a Administração Pública – em virtude de mero erro material, conforme exaustivamente demonstrado acima.

Nessa seara, ilumina-se que a capacidade administrativa da Recorrente/TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS é amplamente reconhecida por seus pares e por diversos entes administrativos. Frisa-se que a Recorrente/TAPEVAS é plenamente idônea e possui confortável suficiência econômico-financeira para cumprir com as obrigações trabalhistas, tanto os salários quanto os benefícios.

2.4 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE DO ARTIGO 44 DA LEI COMPLEMENTAR 123 – LOTES IV; VI e XII

Vale ressaltar que além das razões acima, a Recorrente encontra-se sob o regime tributário EPP, dessa forma, percebe-se que não fora dada preferência para as empresas de pequeno porte e microempresas no tocante aos critérios de desempate das propostas, conforme previsto no artigo 44 da Lei Complementar 123, vejamos:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Ademais, importantíssimo trazer à superfície que o presente Edital em seus itens : **11.3; 11.3.1 e 11.3.2** corroboram com a Lei supracitada fortalecendo ainda mais o prejuízo sofrido pela Recorrente, tendo em vista a mutilação ao Princípio da Legalidade e o da Vinculação ao Edital e por conseguinte a precariedade do Interesse Público.

"11.3 - Havendo empate no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 - Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

11.3.2 - Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada."

2.5 DA CARÊNCIA DE HABILITAÇÃO JURÍDICA DA RECORRIDA: CCT DE CATEGORIA DIVERSA DA PRESTAÇÃO E CERTIDÃO MUNICIPAL - LOTES: II; IV; VII; VIII; X; XI e XII.

Depreende-se da proposta de preços apresentadas pela Recorrida verdadeira omissão de informações obrigatórias, tendo em vista a não apresentação da correta Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva área referente à prestação a ser desenvolvida.

Com a omissão de tal documentação não há como saber se a empresa MULTIPLY terá condições de honrar o contrato com a administração da mão de obra necessária, haja vista não haver como se analisar com maior proficiência a sua qualificação.

[Handwritten signature]

Além do mais, a Recorrida/MULPLY acosta a convenção Coletiva do trabalho de Auxiliares administrativos de educação básica, quando o certame prevê a prestação de serviços de vigilância.

Logo, caberia à Recorrida ter acostado CCT do Sindicato de Profissionais de Vigilância ou acordo coletivo relacionado a atividade preponderante da empresa, o que refletiria a concordância com a lei, fato esse que não ocorreu senão vejamos:

JURISPRUDÊNCIA
AGRAVO DE PETIÇÃO 568 TRT

SINDICATO
Enquadramento

Enquadramento sindical deve ser feito com base na atividade preponderante da empresa

ENQUADRAMENTO SINDICAL – ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA – PLANTIO, CULTIVO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS

De conformidade com o artigo 570 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, o enquadramento sindical decorre da atividade preponderante da empresa, observado o Quadro de Atividades e Profissões, salvo em se tratando de categoria profissional diferenciada e profissionais liberais. Tem-se por atividade preponderante aquela que se põe acima das outras atividades, é a mesma coisa que atividade principal, ou seja, se existem atividades, e uma delas é a principal, a outra, ou as outras, são secundá-

rias, sendo que aquela prepondera sobre as demais. Assim, reconhecido que as maçãs produzidas pela empresa são comercializadas *in natura*, isto é, não sofrem qualquer transformação ou beneficiamento e a sua atividade preponderante é o plantio, cultivo e comercialização de frutas, sem dúvida está enquadrada na categoria econômica representada pelo Sindicato de Produtores Rurais e, por via de consequência, os seus empregados estão inseridos na categoria profissional resultante de sua atividade econômica preponderante. (TRT – 12ª Região – Agravo de Petição 568-54.2013.5.12.0049 – Relatora Desembargadora Lilia Leonor Abreu – DeJT de 6-12-2013).

É sabido que o presente processo licitatório é regido, além de outros instrumentos legais, pela Lei 8.666/93 a qual estabelece regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta, de modo que os licitantes devem se atentar quanto as suas disposições.

Desse modo, a referida Lei em seu Art. 27, exige a apresentação de documentação comprobatória da qualificação jurídica, econômica e financeira, que não foram apresentadas pela recorrida, senão vejamos:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;



IV - regularidade fiscal.

IV – regularidade fiscal e trabalhista; (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

Nesse sentido, indubitável é que a Recorrida de forma maliciosa deixou de apresentar certidão municipal da sua sede (São João de Meriti), apresentando outra certidão municipal referente a sua antiga sede, a qual localizava-se no município do Rio de Janeiro.

Assim, percebe-se que essa manobra ardilosa da empresa MULTPLY visa contundentemente enganar o ilustre Pregoeiro, desafiando sua inteligência, com o fito único de levar vantagem no Certame, ferindo de forma cabal os Princípios da Competitividade, Isonomia e Vinculação ao Instrumento Convocatório, ou seja, juntou uma certidão que não é válida de outro município diferente da sua sede.

Imperioso dizer que de acordo com o artigo 43,§3º, a atitude maldosa da empresa MULTIPPLY, cuja juntou documento diverso do proposto no Edital consumou-se de forma equivocada, logo não será mais possível nova juntada documentos, senão, vejamos:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Portanto, carece de habilitação jurídica a Recorrida sendo inconteste a necessidade de inabilitação.



Portanto, está cristalino que ilustre decisão do renomado Pregoeiro, data vênia, deve ser reformada, pois não se relacionou com as normas jurídicas atuais, ferindo os Princípios da Legalidade, Vinculação ao Edital, Isonomia e Competitividade.

Isto posto, outra solução não se impõe a não ser reconsiderar a decisão que inabilitou a Recorrente/TAPEVAS, para que seja **HABILITADA E CLASSIFICADA a empresa TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS**, fazendo com esta atitude, que a administração possa reparar a lesão causada aos institutos legais que sustentam e norteiam a administração pública, além da possibilidade de homenagear os princípios acima citados, principalmente os da ECONOMICIDADE e RAZOABILIDADE, LEGALIDADE E ISONOMIA, com iminente **DESCCLASSIFICAÇÃO E INABILITAÇÃO da empresa MULTPLY**.

Não obstante, frisa-se que a Recorrente apresentará planilha corrigindo os erros materiais sem majoração da proposta.

III. DOS PEDIDOS

Diante dos fatos e dos argumentos acima expostos, requer:

- a) O recebimento destas razões recursais, eis que tempestivas, sendo devidamente autuadas e processadas na forma da lei, para **que a Administração Pública com base no poder de Autotutela que lhe é conferido revise sua decisão administrativa para:**
- b) A desclassificação e inabilitação da empresa MULTIPLY SERVIÇOS LTDA, sendo retomado o certame em referência;
- c) Que a empresa seja cientificada da decisão administrativa;
- d) A CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DA EMPRESA TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS;





GRUPO

Tapevas
Soluções Integradas


+55 (21) 3842-5634
contato@grupotapevas.com.br

e) Caso o entendimento de Vossa Senhoria seja diverso do explanado, requer que o presente recurso seja encaminhado à Autoridade Superior competente, com lastro no art. 109, § 4º da Lei 8.666/93, para ser apreciado nos termos da Lei.

Nestes Termos,

Espera Deferimento.

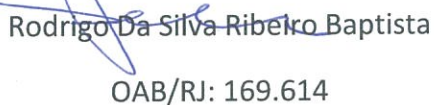
Duque de Caxias, 18 de janeiro de 2022.



José Gabriel da Silva
Representante Legal



Paulo Luiz Micheli Moutinho Jr
OAB/RJ: 213.094



Rodrigo Da Silva Ribeiro Baptista
OAB/RJ: 169.614

1º

OFÍCIO DE JUSTIÇA

DUQUE DE CAXIAS

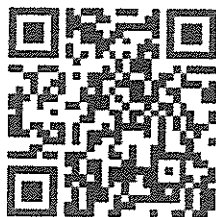
TITULAR: MARIA BARBARA TOLEDO ANDRADE E SILVA

Procuração bastante que faz, TAPEVAS
SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, na forma
abaixo:

LIVRO 545
FLS 13
Ato nº 10
TRASLADO

Saibam os que este público instrumento de procuração bastante virem que aos vinte e nove 29º dias do mês de Outubro, no ano de dois mil e vinte e um (2021), na cidade DUQUE DE CAXIAS, Estado do Rio de Janeiro, na sede do CARTORIO 1 OFICIO DE DUQUE DE CAXIAS, situado (a) na(o) PCA ROBERTO SILVEIRA, 23, perante mim, NALU GONZAGA DIAS, compareceu a outorgante abaixo descrita e qualificada, por mim identificada, conforme documentos mencionados, do que dou fê, sendo-me dito que por este público instrumento a outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador, adiante denominado e qualificado. Outorgante: **TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 17.695.001/0001-09, NIRE – 336.0004543-6, com endereço comercial Rodovia Washington Luiz nº 2.550 sala 502 Vila S ao Luiz, cidade de DC-RJ- CEP- 25085-008, neste ato representada por TATIANE FERREIRA PAZ, brasileira, solteira, maior, empresária, natural de Duque de Caxias-RJ, nascida em 31/03/1989, filha de Devison Carlos Santos Paz e de Hilda Cristina Ferreira Paz, portadora da carteira de Identidade nº 20.955.083-9 expedida pelo DETRAN-RJ em 31/10/2016, inscrita no CPF-MF sob o nº 391.523.458-31, com endereço comercial na Rod. Washington Luiz nº 2.550 sala 502, Vila São Luiz, neste Município, tudo conforme 12ª alteração contratual da outorgante datada de 26/08/2021. Outorgado: **JOSE GABRIEL DA SILVA**, empresário, solteiro, portador da identidade nº 04084357860 expedida pelo(a) DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob nº 109.662.037-55, endereço comercial na Rod Washington Luiz n 2.550 sala 502, Vila São Luiz, neste Município. A quem confere AMPLOS PODERES para ADMINISTRAR a firma outorgante junto a repartições Públicas de modo em geral, inclusive Sindicatos, Prefeituras, Cartórios de Notas e RGI, Junta comercial do Estado do Rio de Janeiro, Receita Federal e ICP para emissão de CERTIFICADO DIGITAL, Detran, Procon, Juizado Especial, Foro, Corpo de Bombeiros, Ministério da Fazenda e onde mais com esta se apresentar e for necessário, pagar taxas, impostos, requerer, recorrer, transigir e transitar com papeis de modo em geral, resolver tudo em defesa dos direitos e interesses da firma outorgante, representa-la junto a QUAISQUER INSTITUIÇÕES BANCARIAS, inclusive CAIXA ECONOMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL, BRADESCO, ITAU E SANTANDER- em qualquer uma de suas agencias, abrir, movimentar e encerrar contas correntes ou poupanças, cartões magnéticos com as devidas senhas, depositar, sacar, ver saldo e extrato de contas, requisitar, receber e movimentar talões de cheques, assinar os mesmos, fazer recadastramentos, recadastrar e alterar senhas, fazer investimentos, prestação de serviços, alterações contratuais, assinando contratos necessários com as clausulas e solenidades de estilo, documentos particulares, dar entrada e saída em processos, preencher e assinar formulários e requerimentos, apresentar provas, cumprir exigências, prestar esclarecimentos verbais ou escritos, contratar ADVOGADOS com poderes das clausulas AD JUDICIA ET EXTRA para o Foro em Geral, enfim, praticar os atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, podendo inclusive subestabelecer com ou sem reserva de poderes. LAVRADA CONFORME MINUTA FORNECIDA PELA OUTORGANTE. Certifico que pelo presente ato são devidas as custas no valor de Tab. 16,4,* R\$ 11,63 Tab. 16,5,* R\$ 26,96 Tab. 22,2,B R\$ 275,30 Emolumentos R\$ 313,89 - FETJ (Lei 3217/99) R\$ 62,77 - FUNPERJ (Lei 4664/05) R\$ 15,69 - FUNPERJ (Lei 111/06) R\$ 15,69 - Funarpen R\$ 12,55 - Pmcmv R\$ 5,50 - Iss R\$ 15,96 - Distribuição R\$ 30,28 - Valor Total R\$ 472,33. Eu, NALU GONZAGA DIAS, ESCRIVENTE, lavrei e li o presente ato, colhendo as assinaturas. E eu, Ricardo Viola Tinoco, Substituto da Tabela, subscrevo e assino.

Tatiane F. Paz
REPRESENTANTE DA TAPEVAS SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI,



Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
EDU 73396 ZLM
Consulte a validade do selo em:
www4.tjrj.jus.br/Porta-Entrajudicial/v

AAA 022752255

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIA
1437189720

VALIDA EM TODO
O TERRITORIO NACIONAL
1437189720

PROIBIDO PLASTIFICAR
1437189720

VALIA

JOSE GABRIEL DA SILVA

DOC. IDENTIFICAD. / ORIG. EMISSOR / UF
200105856D1CRJ

CNPJ
109.662.037-55

DATA NASCIMENTO
28/03/1985

FILIAÇÃO
JOSE ANTONIO DA SILVA
MARIA LUZINETE SANTOS
DA SILVA

PERMISSÃO
ACC
CXT. DAB

Nº REGISTRO
04084357860

VALIDADE
15/03/2022

1ª HABILITAÇÃO
24/04/2007

OBSERVAÇÕES
RAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
GUAPIMIRIM, RJ

DATA EMISSÃO
16/03/2017

ASSINATURA DO EMISSOR

51655839318
RJ520344871

RIO DE JANEIRO